

LIBRAS: UMA LÍNGUA CONSTRUÍDA, UM ENSINO EM (TRANS)FORMAÇÃO

LIBRAS: LANGUAGE IN CONSTRUCTION, TEACHING IN (TRANS)FORMATION

Adriana Gomes Bandeira¹

RESUMO: A Libras - língua brasileira de sinais – como nós a conhecemos hoje, foi construída e idealizada pela comunidade surda e por pesquisadores dos Estudos Surdos brasileiros. Neste trabalho, apresento um recorte da fundamentação teórica que abordo na minha tese em andamento onde reflito sobre o período que antecede a promulgação da Lei 10.436/2002, também conhecida como Lei de Libras, entre os anos 1980 e 2000. O projeto político linguístico governamental de difusão da Libras de forma institucional alcançou amplamente o território nacional chegando em espaços até então não frequentados como as escolas regulares da educação básica, as universidades, os espaços jurídicos, de saúde e artísticos/culturais. Destaco o livro *Libras em Contexto* que foi uma das iniciativas do governo federal de expansão da Libras pelo Brasil. Perspectivando um olhar mais plural e diverso, proponho neste artigo, uma educação linguística inter(trans)cultural a partir de algumas leituras realizadas das teorias decoloniais, para que a Libras consiga alcançar também aquelas pessoas surdas que se encontram à margem ao mesmo tempo respeitando e valorizando suas histórias, suas línguas, suas culturas, sem que, de alguma forma, as invisibilizem como foi, ou tem sido, a violência colonial imposta à nossa sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Libras. Decolonialidade. Educação linguística.

ABSTRACT: The Brazilian sign language, Libras, as we know it today, was built and idealized by the Brazilian deaf community and Deaf Studies researchers. In this work, I introduce one part about theoretical basis of my thesis in progress where I reflect on the period between the years 1980 and 2000 before the promulgation of the Law number 10.436/2002, also known as Law of Libras. The governmental language policy project for the diffusion of Libras in an institutional way reached widely across the national territory reaching places that it had never been before, like elementary and high schools, universities, law spaces and health, and artistic/cultural. I highlight the book *Libras em Contexto* has been one federal government initiative to Libras expansion across to Brazil. Considering a more plural and diverse perspective, I suggest in this article an inter(trans)cultural language education aligned with some texts based on decolonial theories, to Libras to achieve those deaf people who are on the sidelines. At the same time, this language education must respect and value people's histories, languages, cultures, as without that they are turning invisible like they were, or have been, due to the colonial violence imposed on our society.

KEYWORDS: Libras. Decoloniality. Language Education.

¹ Doutoranda e mestra em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Tradutora e intérprete de Libras-Português na mesma instituição. E-mail: adriana.bandeira@ufes.br.

Introdução

A Libras, língua brasileira de sinais, é uma língua reconhecida em nosso território nacional a partir da Lei 10.436 de 2002, também conhecida como a Lei de Libras. Essa lei reconhece a Libras como “meio legal de comunicação e expressão, [...] oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil” (Brasil, 2002, art. 1º, parágrafo único). Apesar de, equivocadamente, algumas pessoas afirmarem que a Libras é a segunda língua oficial do país, isso, infelizmente, não se confirma, vide a própria lei que em nenhum momento a torna oficial e ainda enfatiza que: “A Língua Brasileira de Sinais - Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa” (Brasil, 2002, art. 4º, parágrafo único).

No Brasil, a língua oficial é a língua portuguesa, apesar de outras línguas circularem no nosso extenso país. A Libras, diante de todas as demais línguas, alcançou esse reconhecimento por meio de lei. No entanto, ainda encontra restrições de uso em algumas situações e espaços. Mesmo diante desta afirmação, não deixamos de considerar o grande avanço que foi e tem sido a aplicação desta lei na sociedade brasileira com o estabelecimento de políticas públicas que asseguram o direito linguístico das pessoas surdas no Brasil pelo uso de uma língua de sinais, no caso a Libras, em vários espaços e contextos.

Entretanto, percebo quem quando a Libras é considerada na academia, nas apresentações tanto formais quanto informais, geralmente a Lei é usada como base, como fundamento para um início de conversa. E faz sentido porque ainda encontramos muitas pessoas desinformadas sobre essa temática ou, muitas das vezes, precisamos recorrer à lei para que os direitos das pessoas surdas sejam respeitados. No entanto, para este texto, pretendo refletir sobre os momentos que antecederam a lei, ou seja, os momentos que, na minha percepção, foram os passos que culminaram na Lei de Libras e compreender os seus desdobramentos com um recorte temporal entre os anos 1980 e 2000. Essa abordagem também é retratada na minha tese em andamento sobre culturas surdas, na linha de pesquisa em Linguística Aplicada do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Nela, dedico uma seção para refletir justamente sobre a expansão da Libras pelo país e os momentos que a antecedem.

Dentre as produções e as pesquisas de linguistas brasileiras importantes da época que marcam a trajetória da Libras no Brasil, elenco o livro *Libras em Contexto*, de Tânia Felipe, como um exemplo de ação governamental em prol da divulgação da Libras pelo país e seu alcance. Seleciono algumas passagens do livro e reflito sobre como o método e como os discursos contidos no livro formaram não só profissionais da área da educação de surdos, mas

como toda uma geração da comunidade surda brasileira. Ao final, sugiro, a partir de leituras prévias, um devir na educação linguística das línguas de sinais no Brasil.

Libras, uma língua construída

Buscando fazer uma retrospectiva da criação/elaboração da Libras, não pretendo, neste texto, ir aos primórdios da constituição de uma língua de sinais no território brasileiro, visto este não ser o foco da pesquisa que desenvolvo que é sobre culturas surdas. Há outros pares, pesquisadores dos Estudos Surdos, que se debruçam sobre esses períodos históricos que remontam ao século XIX e início do século XX como integrantes do Grupo Interinstitucional de Pesquisa em Libras e Educação de Surdos (Giples) e do Círculo de Estudos Indisciplinares com Línguas de Sinais (Ceilis).

A pesquisa que desenvolvo está ancorada na Linguística Aplicada. Nesse sentido, é mister considerar como a Libras foi se constituindo em nosso território. Concentrarei as minhas perspectivas em relação ao final do século XX, especialmente os anos de 1980 a 2000. Nesse período temos como referência linguistas brasileiras como Lucinda Ferreira, Tanya Felipe e Ronice Quadros como protagonistas da construção da Libras como a conhecemos.

Precisamos ter em mente que estudos linguísticos sobre línguas de sinais datam, pelo menos, de meados do século XX. Linguistas renomados como William Stokoe se dedicavam à análise descritiva da língua de sinais, no caso dele, da língua americana de sinais. Muitos dos materiais usados por pesquisadores brasileiros em língua de sinais são provenientes dos estudos linguísticos estadunidenses.

Não diferente, as autoras supracitadas tinham como base esse material já consolidado. Suas publicações, geralmente, apresentavam unidades mínimas para a formação de um sinal, parâmetros, regras morfológicas, sintáticas, semânticas, entre outras. Trata-se de um trabalho extenso de descrição da língua de sinais com um sistema linguístico equivalente a tantas outras línguas orais. Era expressa a preocupação de algumas pesquisadoras, nesse período, em legitimar a língua de sinais como língua, como assevera Ferreira (2010):

As pesquisas linguísticas sobre uma Língua de Sinais revalidam o seu status de língua, conferindo-lhe mais prestígio e, portanto, respeito. [...] Revalidando-se a língua, revalida-se também a cultura surda e isto permite ao surdo melhor desempenho da sua função enquanto cidadão. [...] As línguas de sinais, [...] por serem línguas naturais, persistem. Apesar das proibições e dos preconceitos de que têm sido alvo, elas resistiram heroicamente através dos tempos. Isso demonstra a fortaleza de um sistema consistente (p. 13; 16).

Agregando forças às pesquisas acadêmicas, o movimento da comunidade surda, a militância, especialmente a dos centros urbanos, constituída por pessoas surdas e ouvintes sinalizantes da sociedade civil, mobilizaram-se e ainda continuam a mobilizar-se pela garantia dos direitos linguísticos da população surda brasileira. Para citar como exemplo, entre os anos 1980 e 1990, a linguista Lucinda Ferreira, juntamente com o seu grupo de pesquisa na época, nomeavam a língua de sinais com a sigla LSCB que significava: Língua de Sinais dos Centros Urbanos Brasileiros. Em uma entrevista, Quadros (2012) revela que a pesquisadora Ferreira apresentou duas línguas de sinais: a Língua de Sinais dos Centros Urbanos sob a variante de São Paulo e a língua de sinais Urubu-Kaapor de uma comunidade indígena do interior do Maranhão. Entendo que, para haver uma distinção, a linguista e seu grupo propuseram destacar o que seria uma Língua de Sinais dos Centros Urbanos, que é a mais abrangente por assim dizer, que chega as capitais, e as línguas de sinais de comunidades indígenas, do interior, entre outras circulantes no Brasil.

Entendo também que a sigla LSCB era comumente aplicada no grupo de pesquisa e no ambiente acadêmico, o que não traduziu plenamente os anseios da comunidade surda. Em meados dos anos 1990, a autora nos conta um momento decisivo e marcante, a saber:

Neste livro, os leitores que já conhecem algum dos nossos trabalhos podem estranhar o fato de estarmos nomeando a língua de sinais dos surdos brasileiros LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) e não mais LSCB, nome que atribuímos, já há algum tempo, à mesma língua. A decisão de adotarmos o nome LIBRAS é consequência de uma reunião da FENEIS², em outubro de 1993, ocasião em que fizemos uma votação para eleger um dos dois nomes, LSCB e LIBRAS, para nossa língua de sinais. Embora o nome LIBRAS fuja aos padrões internacionais de denominação das línguas espaço-visuais, achamos por bem respeitar os anseios dos surdos brasileiros em propagar este nome para a sua língua nativa. Assim sendo, adotaremos, neste livro, o termo LIBRAS para a língua de sinais que vínhamos chamando de LSCB (Ferreira, 2010, p. 7).

Quase dez anos antes da promulgação da lei de Libras, representantes da comunidade surda deliberaram pela escolha do nome e da sigla do que viria a ser hoje a língua brasileira de sinais. Por mais que, como alega Ferreira, o critério para elaboração de uma sigla tenha sido negligenciado, a escolha foi interessante ao destacar o adjetivo pátrio na sua descrição. E com a aprovação da grande maioria, a autora aderiu e passou a utilizar essa nova sigla.

Acredito que a escolha do nome e da sigla para a língua de sinais brasileira teve influência da nomenclatura de outras línguas de sinais pelo mundo que também apresentam,

² Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos.

descrita na sua identificação, a sua nacionalidade. Por conta dessa escolha, fica subentendido um desejo de um reconhecimento pátrio, nacional. Assim como a ideia moderna de Estado-nação, uma ideia de língua de sinais padronizada, que se estende por todo o território e configura uma pretensa homogeneidade entre os surdos e de pertencimento à sociedade.

Nos anos 1990 a 2000, percebemos uma ampliação e divulgação do que é a Libras. Livros como *Libras em Contexto*, entre outros, foram publicados e divulgados pelo Ministério da Educação na época. Esse livro fazia parte de um programa governamental intitulado *Interiorizando a Libras*, que fazia parte do Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos em paralelo com Plano Nacional de Educação de 2001 (Vieira, 2016, p. 32).

Com esse projeto, foi possível, nas palavras do então Ministro da Educação, o Sr. Tarso Genro: “apoiar e incentivar a formação profissional de professores, surdos e não-surdos, de municípios brasileiros, para a aprendizagem e utilização da língua brasileira de sinais em sala de aula, como língua de instrução e como componente curricular” (Felipe, 2007, p. 7). Percebemos, portanto, uma mobilização governamental, uma política pública ou uma política linguística que promovia a formação profissional de professores para a aprendizagem da Libras e o seu uso. Mesmo que esse programa não tenha alcançado todos os seus objetivos, o que podemos ressaltar é como a Libras conseguiu se espalhar e chegar ao interior do Brasil de forma sistemática, diferentemente de como acontecia anteriormente, da aprendizagem nos encontros surdo-surdo, surdo-ouvinte, nas associações, nas igrejas, nos espaços onde a língua transitava.

A Libras sempre existiu. Ela é a língua dos afetos, dos desafetos, das amigadas, das intrigas, do conhecimento, dos relacionamentos, de tudo que envolva a comunidade surda. A questão é que essa forma institucionalizada, acadêmica, sistemática, ganhou uma via, um meio igualmente institucional, formal, sistemático para alcançar não só todo o território, mas ocupar espaços talvez não antes frequentados como as escolas regulares, como os eventos, como espaços jurídicos e de saúde, da comunicação, enfim.

A língua de sinais que antes circulava dentro de um grupo, dentro de uma comunidade, acaba ultrapassando os limites e chegando a outros ambientes com uma língua estruturada, formalmente nomeada. Fazendo uma pequena analogia, comparo que as pessoas passam a existir quando passam a ter um documento. Na prática, nós existimos desde o ventre de nossas mães, inclusive alguns de nós fomos nomeados mesmo antes de nascer. Mas, só passamos a existir *oficialmente* para a sociedade quando temos em posse uma certidão de nascimento.

A língua de sinais, aquela dos centros urbanos, sempre existiu. Mas, já foi chamada de mímica, linguagem dos mudos, linguagem de sinais. No entanto, quando ela passa a ter um

registro, a Lei 10.436/2002, ela passa a ser Libras. Por isso a classificamos como língua construída, projetada, idealizada pois foi elaborada, com a permissão do trocadilho, por várias mãos.

Uma vez institucionalizada, a Libras passou a *existir*, passou a ser enxergada em outros espaços, como por exemplo, nas escolas da educação básica e nas instituições de ensino superior. Entretanto, percebemos que o ensino da Libras tanto para os surdos quanto para os ouvintes, de certa forma, segue os preceitos de uma educação colonizadora, homogênea, eurocêntrica, que não difere muito dos demais ensinos. Na seção a seguir busco considerar como a decolonialidade e a educação linguística intercultural podem ser uma alternativa tanto para o ensino de Libras quanto para as demais línguas.

Libras, um ensino em (trans)formação

Trazendo esse recorte histórico, o que percebo é que dentre todas as ações que culminaram na Lei de Libras, destaco as produções bibliográficas do período com a preocupação em demonstrar que a língua de sinais é uma língua. Portanto, o modo de educação linguística proposto até então não conseguiu se desvincular dos moldes estruturantes e sistemáticos de ensino.

Durante a escrita da tese, buscando trazer argumentos para a fundamentação teórica, revisei algumas obras da época e foi possível encontrar: a descrição da língua de sinais baseada na Linguística Contemporânea, com ensino de unidades mínimas para a formação do sinal, variações morfológicas e a elaboração da ordem sintática/semântica. Em contrapartida, uma das autoras propôs, em um dos seus livros, ensinar a Libras a partir de contextos, como um meio mais interacionista de se ensinar.

Por conta dessa proposta mais interacionista, seleciono o livro *Libras em Contexto* (Felipe, 2007) para evidenciar alguns argumentos que discorro na tese. Para ilustrar os argumentos, escolho algumas passagens do livro conforme identificado a seguir. Na figura 1 é possível notar o contexto da unidade. É apresentado um diálogo em Libras dentro daquele tema. Considerando a Libras uma língua de modalidade gestual-visual, o material foi produzido em DVD (*Digital Video Disc*) e as sentenças sinalizadas em Libras foram transcritas para a versão impressa por um sistema de notação em palavras que aparece na figura 1 (Ferreira, 2010; Souza; Monteiro, 2006).

Dessa forma é apresentado ao público em geral um sistema de transcrição que até então estava restrito ao ambiente acadêmico. Uma vez disponibilizado e explicado como se organiza

e insere informações nesse sistema de transcrição, os leitores puderem não só entender o que está transcrito como passar a produzir transcrição por meio desse sistema de notação de palavras. O que demonstra um vínculo da autora com o academicismo.

Figura 1 - Contexto temático da unidade

Libras
em contexto

Situação 1 "Aniversário"

(B chega na casa do amigo)


a- BO@ VIR... ENTRAR VER... MUIT@ LÁ TER. MUIT@.

b- BONIT@ FESTA! PORQUE EU VIR QUERER CONHECER SE@ FAMÍLIA.

a- BO@! EU FALAR ME@ FAMÍLIA:
HOMEM VELH@ GORD@ ALI ME@ P-A-I;
MULHER ARRUMARcontinutivo ALI ME@ ESPOS@;
MULHER BLUSA LISTRAD@ AZUL, SENTAD@ ALI,
ME@ IRMÃ@, NOME M-A-R-C-I-L-I-A;
HOMEM BLUSA AZUL LISTRAD@ AMAREL@, ME@ CUNHAD@;
MENIN@ BLUSA AZUL ESTAMPAD@ FLOR, ME@ FILH@;
GAROTA SAIA AMAREL@, ME@ SOBRINH@.

b- BONIT@, EL@-2 PRIM@, SE@ M-Ã-E ONDE?

a- MORRER MUITO-TEMPO. DESCULPAR EU OCUPAD@, VOCÊ FICAR-À-VONTADE, QUER C-H-O-P-P? QUER? VIR.



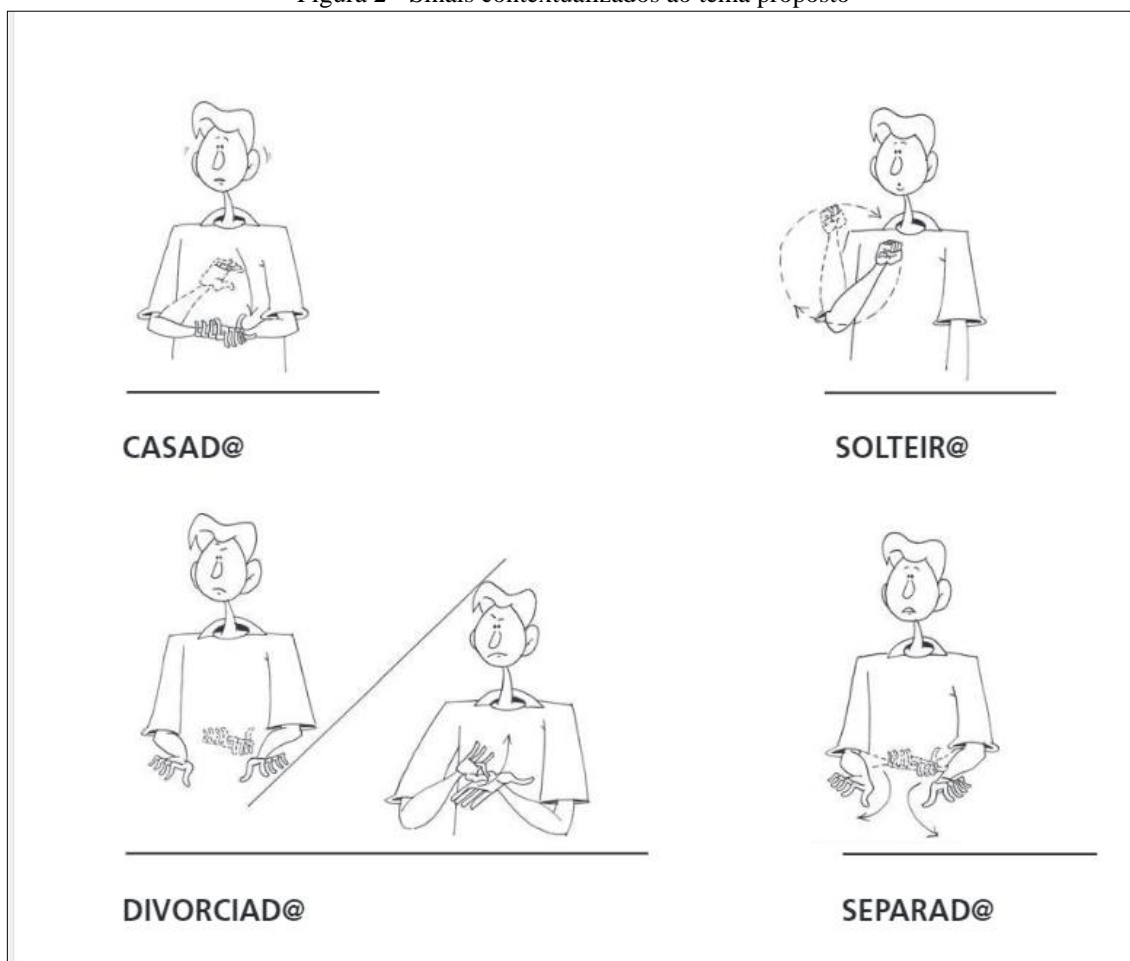
FAMÍLIA

Fonte: Livro Libras em Contexto (Felipe, 2007). Edição do estudante.

A análise da situação proposta pela autora poderia ser feita apenas via sinalização em Libras por meio da produção audiovisual, no entanto, percebo uma preocupação em registrar a atividade na forma escrita, utilizando a língua portuguesa como ferramenta. Na sequência, na figura 2, são apresentados alguns sinais dentro do contexto temático citado anteriormente. Para isso foi utilizada a ilustração de como o sinal é realizado em Libras e logo abaixo a sua tradução para a língua portuguesa por meio do sistema de notação em palavras.

Noto através desses sutis indícios uma subjetividade colonializada e colonializante da autora, sem criminalizá-la, da relevância dada a língua oral em contraposição à língua de sinais. Entendo o contexto de sua formação visto ser linguista e estar, naquele momento, elaborando uma linguística da língua brasileira de sinais. Compreendo que não seja possível criar algo novo com ferramentas desconhecidas. É mais fácil e confortável iniciar a partir de um lugar conhecido. Por isso, neste artigo, sugiro a partir de leituras iniciais, uma educação linguística decolonial.

Figura 2 - Sinais contextualizados ao tema proposto



Fonte: Livro *Libras em Contexto* (Felipe, 2007). Edição do estudante.

Na figura 3, encontramos uma seção com a explicação sobre a estrutura da Libras, com as suas unidades mínimas, utilizando terminologias linguísticas, demonstrando o caráter fonológico e morfológico da língua. Há também ilustração dos sinais e sistema de notação em palavras para traduzir na língua portuguesa o que está sendo representado em Libras.

Mas uma vez, a motivação do ensino de Libras demonstrada no livro é sistemática, formal e gramatical. E, de fato, o livro *Libras em Contexto* fazia parte de um projeto governamental de difusão da Libras. Para isso, esse material foi produzido, especialmente para alcançar professores bilíngues, professores surdos, tradutores e intérpretes de Libras-Português e, eventualmente, alguns surdos que não conheciam a Libras e que nunca tiveram contato com outros surdos. Portanto, não teve oportunidade de aprender a língua brasileira de sinais em contato com outros surdos sinalizantes usuários da língua.

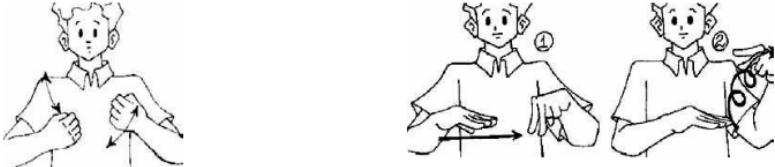
Figura 3 - Ensino da estrutura da Libras

Os Parâmetros também podem ser morfemas na Libras

Na Libras, os sinais são formados a partir da: configuração de mãos, movimento, orientação das mãos, ponto de articulação e expressão facial/corporal, estes parâmetros já foram mencionados na Introdução deste livro, quando se apresentou seu nível fonológico.

Estes cinco parâmetros podem ser comparados a "pedacinhos" de um sinal porque, no nível morfológico, eles podem ter significados, sendo, portanto, morfemas:


a- a configuração de mãos, pode ser um marcador de gênero (animado: pessoa e animais / inanimado: coisas). Exemplo:
"O carro bateu em uma pessoa";



veículo (md) **veículo_k' k'veículo**

COLIDIR_{pessoa}

b- o ponto de articulação pode ser uma marca de concordância verbal com o advérbio de lugar. Exemplo:
"Eu coloco o copo na mesa";



MESA_i **COPO** **objetos-arredondados**

COLOCAR_i

148

Fonte: Livro Libras em Contexto (Felipe, 2007). Edição do estudante.

A figura 4 apresenta uma demonstração de como alguns discursos que são produzidos e reproduzidos na comunidade surda são divulgados nas páginas do livro. O que aparece na figura 4 é apenas um dos discursos citados.

Figura 4 – Discurso da Cultura e Comunidades Surdas



Cultura e Comunidade Surdas

A palavra "cultura" possui vários significados. Relacionando esta palavra ao contexto de pessoas surdas, ela representa identidade porque pode-se afirmar que estas possuem uma cultura uma vez que têm uma forma peculiar de apreender o mundo que as identificam como tal.

STOKOE, um lingüista americano, e seu grupo de pesquisa, em 1965, na célebre obra *A Dictionary of American Sign Language on linguistic principles*, foram os primeiros estudiosos a falar sobre as características sociais e culturais dos Surdos.

A lingüista surda Carol Padden estabeleceu uma diferença entre cultura e comunidade. Para ela, "uma cultura é um conjunto de comportamentos aprendidos de um grupo de pessoas que possuem sua própria língua, valores, regras de comportamento e tradições". Ao passo que "uma comunidade é um sistema social geral, no qual pessoas vivem juntas, compartilham metas comuns e partilham certas responsabilidades umas com as outras". PADDEN (1989:5).

Para esta pesquisadora, "uma Comunidade Surda é um grupo de pessoas que mora em uma localização particular, compartilha as metas comuns de seus membros e, de vários modos, trabalha para alcançar estas metas." Portanto, em uma Comunidade Surda pode ter também ouvintes e surdos que não são culturalmente Surdos. Já "a Cultura da pessoa Surda é mais fechada do que a Comunidade Surda. Membros de uma Cultura Surda comportam como as pessoas Surdas, usam a língua das pessoas Surdas e compartilham das crenças das pessoas Surdas entre si e com outras pessoas que não são Surdas."

Mas ser uma pessoa surda não equivale a dizer que esta faça parte de uma Cultura e de uma Comunidade Surda, porque sendo a maioria dos surdos, aproximadamente 95%, filhos de pais ouvintes, muitos destes não aprendem a Libras e não conhecem as Associações de Surdos, que são as Comunidades Surdas, podendo tornarem-se somente pessoas com deficiência auditiva.

As pessoas Surdas, que estão politicamente atuando para terem seus direitos de cidadania e lingüísticos respeitados, fazem uma distinção entre "ser Surdo" e ser "deficiente auditivo". A

Fonte: Livro Libras em Contexto (Felipe, 2007). Edição do estudante.

Notamos na obra supracitada, a presença da análise descritiva da língua (Figura 3) e a incorporação de discursos sobre o que é a comunidade surda e a Cultura Surda (Figura 4), entre outras narrativas que podem ser interpretadas como norteadas pela modernidade, como uma língua única e padronizada, uma língua nacional, uma identidade surda, que vai de encontro, por exemplo, com a educação linguística proposta por Mendes (2022), conforme nos diz:

[...] buscando incorporar em nosso fazer teórico e pedagógico outras epistemologias, outras cosmogonias, outros modos de ensinar e aprender línguas - um pensamento outro, insurgindo-se em relação ao esquema epistemológico colonialista eurocêntrico e anglocêntrico (p. 130).

Entendo que tal exercício de desvinculação do pensamento homogêneo é um desafio constante. A manutenção de tais preceitos muito se deve a própria formação das pesquisadoras

e o conhecimento que tínhamos, e ainda temos ao nosso alcance, ser produzido justamente por epistemologias estadunidenses e europeias.

Esse movimento de desvinculação é um fazer decolonial, é colocar as verdades entre parênteses, é sair do discurso sedutor do colonizador de se ter um conhecimento universal, uma língua padrão, uma identidade homogênea, de uma cultura essencialista, totalizadora para aceitar que existem outras histórias, outras pessoas, outras línguas e culturas e que nós precisamos evidenciá-las (Menezes de Souza, 2023).

Entendo que naquele período histórico, talvez pelo desejo da militância surda brasileira, fez-se necessário argumentos que evidenciassem a presença das pessoas surdas, que elas têm uma língua de sinais que precisa ser valorizada e reconhecida, e que não são gestos aleatórios, ou uma forma do Português sinalizado, mas sim uma *língua* com estrutura, regras semânticas e gramaticais, com uma cultura e identidade surdas, ou seja, desejavam ganhar visibilidade perante a sociedade. O que fizeram basicamente com o apoio da academia, dos Estudos Surdos, foi usar os mesmos meios utilizados pelo ouvinte (colonizador/europeu/estadunidense) para se apresentarem como um grupo minoritário que reivindica direitos. De certa forma, o esforço teve resultados. Muitas conquistas foram alcançadas durante essa trajetória.

A questão é que com a pulverização da Libras por todo território nacional, durante o período elencado, por meio dos programas e projetos governamentais, por meio dos materiais didáticos elaborados, juntamente com as narrativas do discurso da Cultura Surda, homogênea, com uma língua padrão, uma identidade surda idealizada, de uma maneira ou de outra, acabou por invisibilizar outras formas de ser pessoa surda, invisibilizou outras línguas de sinais circulantes.

Dessa forma, quando consideramos a Libras, percebemos que ela sofreu, e ainda sofre, um processo violento de invisibilização em comparação com a língua portuguesa no nosso país. Pelo fato de legalmente sermos um país monolíngue, a Libras existe e circula, pelo menos, há décadas no Brasil, só sendo reconhecida em 2002. E ainda assim, como dito anteriormente, a Libras, legalmente, não substitui o Português escrito.

Decorre que, muitas vezes, quem sofre violência acaba reproduzindo violência, intencionalmente ou não. Menezes de Souza (2023) na sua apresentação no evento *Decolonialidade e Linguística Aplicada* de 2021, em um momento da sua fala, refere-se à teoria decolonial de Fanon, ele nos diz:

A violência colonial à qual o colonizado foi submetido negou sua existência, agora recuperada pela violência decolonial. Mas o temor de Fanon era que

essa violência decolonial, usada de forma programática, resultasse apenas numa inversão e na criação de outro sistema de colonialidade. Óbvio, com a expulsão do colonizador, ele não está pensando no colonizador agora embaixo, ele está pensando no outro sistema agora, do local, dos nativos, mas ao invés do colonizador branco por cima, infringindo os outros com as injustiças, pode haver agora o nativo em cima, infringindo as mesmas desigualdades e injustiças. O temor era que a violência parasse no estar e no ser violento. [...] A pergunta é como não transformar o fazer decolonial em outra colonialidade (Menezes de Souza, 2023, p. 176).

O colonizador, pela visão da comunidade surda, pode ser representado/interpretado como a pessoa ouvinte (médico, família, professores) que obrigavam, em certa medida, as pessoas surdas a oralizar, a tentarem verbalizar por meio da fala. Muitas pessoas surdas foram expostas há muito anos de terapia de fala, em muitos ambientes e contextos em que eram proibidos de utilizarem a língua de sinais. Isto posto, essa violência impositora muito se assemelha com o processo violento colonizador (Costa, 2007; Perlin; Strobel, 2008; Skliar, 2010).

Uma vez que a Libras consegue chegar aos lugares institucionais como escolas, igrejas, e ainda está abrindo espaços na área da saúde e na área jurídica, as pessoas surdas do interior, de comunidades indígenas, quilombolas, aquelas pessoas surdas que também têm deficiências múltiplas, entre outras, que se comunicam com uma língua de sinais local, da sua comunidade, ou aqueles que conversam por gestos/sinais caseiros³ muitas vezes se veem *obrigadas* a aprenderem a Libras justamente para acessarem esses espaços e terem o seu direito garantido.

Acaba que isso se torna um tipo de pressão, nas condições acima citadas, quando essas pessoas surdas precisam acessar algum serviço básico como educação ou saúde, por exemplo, encontram o serviço ofertado em Libras e não na sua língua de sinais local. A depender de cada situação, pode ser que essa pessoa surda explicitada não tenha conhecimento nem da língua portuguesa, o que a coloca ainda mais em um cenário excludente e vulnerável.

São os *ninguéns* como explica a autora Oliveira (2023). São essas pessoas surdas periféricas, marginalizadas, que não conseguem acesso fácil por meio da Libras e que ficam invisibilizadas, mesmo que esse não seja o propósito da comunidade surda brasileira, muito menos da academia, dos Estudos Surdos ou da Linguística Aplicada, mas acabam sendo prejudicados de algum modo.

Um outro fator que destaco em relação ao ensino da Libras pautado por uma metodologia que sistematiza a língua, que se distancia dos seus falantes e que prega um discurso

³ Sinais ou gestos caseiros podem ser considerados um tipo de comunicação que somente as pessoas próximas daquela pessoa surda sabem comunicar com ela.

de Cultura Surda homogênea, com uma identidade surda ideal e uma língua padrão, é que tal metodologia reforça alguns estereótipos e preconceitos que as pessoas ouvintes possam ter em relação às pessoas surdas.

Frequentemente encontramos pessoas ouvintes iniciantes na comunidade surda que reproduzem narrativas muito determinantes referente às pessoas surdas, como se fosse possível colocá-las todas sob as mesmas condições. E às vezes, essas narrativas foram aprendidas justamente nos cursos de Libras, nos materiais didáticos disponibilizados, por pessoas surdas. Para que tais pessoas ouvintes, iniciantes na comunidade surda, desfaçam esse entendimento leva tempo.

Por isso que, nas teorias decoloniais, encontramos perspectivas como a educação linguística intercultural que acredito que pode demonstrar um outro caminho possível para a educação de surdos no Brasil. Noto que hoje uma das maiores bandeiras do movimento da comunidade surda é por uma Pedagogia Bilíngue em que a Libras é a primeira língua, a língua de instrução, a língua por meio da qual o ensino é realizado. E a língua portuguesa é a segunda língua, com foco no aprendizado na modalidade escrita.

Mesmo essa proposta que há tempos tem sido gestada e idealizada pela comunidade surda pode ser capturada pelo espírito modernista homogeneizante. Se levarmos em conta a pluralidade dos povos surdos, as suas línguas de sinais, as suas culturas surdas, identidades e comunidades, é possível pensarmos outras epistemologias, cosmogonias (Mendes, 2002).

Uma escola bilíngue para surdos pautada pelo conhecimento tradicional, europeu, modernista, a meu ver, cairá na mesma armadilha, apenas com uma adaptação linguística/pedagógica de qual língua é a primeira ou a segunda. Uma escola bilíngue que valoriza a diversidade, deveria levar em conta o decolonial e as epistemologias do sul global, lembrando que a sua origem vem da luta de um grupo minoritário que por um longo tempo foi violentado. Segundo Bento (2022, p. 107):

Revela-nos a necessidade de trazer à tona a discussão de um olhar pluridimensional nas intersecções surdas. Descolonizar o pensamento: ver a pessoa surda além da surdez, além do marcador linguístico, respeitar as suas intersecções de gênero, de corpo, raça e múltiplas identidades. Além de trazer reflexões acerca da necessidade da implementação de políticas públicas bilíngues pautadas no reconhecimento das línguas dos povos surdos, e da valorização do eixo temático da epistemologia da diferença.

Para isso, uma educação linguística faz-se necessária. Não somente aquela educação linguística que tem como centro a língua materna, e que também não é uma junção da Educação com a Linguística, mas uma educação linguística como nos diz Mendes (2022, p. 125):

Trata-se de fazermos o exercício de pensar uma educação linguística outra, tão diversa quanto são os contextos de seu desenvolvimento, sendo um campo de atuação e de luta, de resistência e de renovação, e que interroga as epistemologias que não aceitam o pensamento divergente e o reconhecimento de que a vivência das línguas e com as línguas se dá de modo conjunto, num roçar de experiências de vida e a partir de deslocamentos constantes.

Uma educação linguística inter(trans)cultural, que não só reconhece a cultura do outro, mas como transita por ela, em um movimento exotópico, nos termos bakhtinianos, de se colocar no lugar do outro e retornar transformado. Que não só afeta como é afetado. Que valoriza outros conhecimentos e outros saberes. Que “a experiência da diferença é a sua maior força motriz” (Mendes, 2022, p. 125). Essa é uma ideia do que é uma educação linguística intercultural. E o que não é uma educação linguística intercultural? Segundo Mendes (2022), é aquela educação que não questiona, que não problematiza, que fornece aos sujeitos certezas ao invés de provocações, que pretende manter o *status quo*.

Se pensarmos uma educação linguística para as pessoas surdas considerando a diversidade, faz-se necessário deslocarmos de uma perspectiva modernista homogeneizante de povo, corpo, língua, identidade para povos, corpos, línguas e identidades. Assim, Mendes (2022, p. 127) propõe:

A abordagem intercultural (AI), em linhas gerais, trata de propor um modo de ensinar e aprender línguas mais culturalmente sensível aos sujeitos em interação nesse processo, redimensionando as relações entre língua e cultura e os papéis de muitos elementos que o condicionam, como o planejamento de cursos, os materiais didáticos, a avaliação e, especialmente, a formação de professore(a)s capazes de atuar em contextos marcados pela diversidade, em sociedades multilíngues e multiculturais.

O cerne da educação linguística intercultural são os questionamentos, a suspeição de verdades, é esse fazer decolonial, que questiona e propõe novos e possíveis devires. A língua é considerada como historicamente situada, social, cultural, política e ideológica. Ela não está apartada da vida. Ela é dinâmica, viva, se transforma e é capaz de transformar realidades. Dessa forma, ela ultrapassa as questões lexicais, gramaticais e ortográficas para ensinar o que realmente importa: saber viver em um mundo com as mais variadas realidades e discursos.

Considerações Finais

Neste artigo, busquei recuperar os momentos que antecedem a Lei de Libras, no período entre 1980 e 2000 no Brasil. A língua de sinais que já foi denominada anteriormente como Língua de Sinais dos Centros Urbanos, ou LSCB, pelo grupo de pesquisa da linguista Lucinda Ferreira passou a ser nomeada como Língua Brasileira de Sinais – Libras – e a ser reconhecida pela Lei 10.436/2002 (Brasil, 2002). Todo esse processo demonstra o quanto essa língua foi estudada, projetada e construída pela comunidade surda brasileira.

Em sequência, trato do ensino da Libras como em (trans)formação, visto que revisito algumas obras, materiais didáticos da época que visavam o ensino da Libras e percebo o quanto estruturalista e sistemático era. Ao mesmo tempo, noto também a inserção de discursos da comunidade e da Cultura Surda sutilmente infiltrados nessas produções. Observo que esse movimento só perpetuou o espírito modernista, eurocêntrico e anglocêntrico. Acredito que era um tipo de conhecimento que estava mais disponível na época. Ao mesmo tempo, entendo que talvez esse tenha sido o caminho que pesquisadores dos Estudos Surdos tenham encontrado para fortalecer as causas da comunidade surda por um viés mais essencialista e determinista.

Com isso em mente, trago para este texto algumas considerações por uma perspectiva mais decolonial, propondo uma educação linguística para a Libras que seja mais inter(trans)cultural, que considere a diversidade, não só em relação ao outro ouvinte, mas ao outro surdo, que não necessariamente é o surdo preconizado pela Cultura Surda, mas os outros surdos, tão quanto invisibilizados, os outros *ninguéns*. Portanto, vislumbrando um futuro próximo, desejo que a educação linguística das línguas de sinais circulantes no país, não só a Libras, torne-se mais decolonial e inter(trans)cultural, distanciando-se cada vez mais desse modo eurocêntrico, hegemônico de ensinar para que haja mais trocas e movimento entre as culturas e as pessoas, surdas e não-surdas.

Referências

- BENTO, N. A. Decolonialidade e surdez. In: MATOS, D. C. V. S; SOUSA, C. M. C. L. L. (Org.). *Suleando conceitos e linguagens: decolonialidades e epistemologias outras*. Campinas: Pontes Editores, 2022.
- BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília, 24 abr. 2002.
- COSTA, L. M. *Traduções e marcas culturais dos surdos capixabas: os discursos desconstruídos quando a resistência conta a história*. 2007. Dissertação (Mestrado em

Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

FELIPE, T. A. *Libras em Contexto: Curso Básico: Livro do Estudante*. 8. Ed. Rio de Janeiro: WalPrint Gráfica e Editora, 2007.

FERREIRA, L. *Por uma gramática de língua de sinais*. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010.

MENDES, E. Educação Linguística Intercultural. In: MATOS, D. C. V. S.; SOUSA, C. M. C. L. L. (Org.). *Suleando conceitos e linguagens: decolonialidades e epistemologias outras*. Campinas: Pontes Editores, 2022.

MENEZES DE SOUZA, L. M. Decolonial: Ser, Estar ou Fazer? In: BRAHIM, A. C. S. M.; BEATO-CANATO, A. P. M.; JORDÃO, C. M.; MONTEIRO, D. R. (Org.). *Decolonialidade e Linguística Aplicada*. Campinas: Pontes Editores, 2023.

OLIVEIRA, M. L. C. Pensar e fazer linguagens com os ninguéns: pensamento decolonial, epistemologias do sul e linguísticas aplicadas anticoloniais. In: BRAHIM, A. C. S. M.; BEATO-CANATO, A. P. M.; JORDÃO, C. M.; MONTEIRO, D. R. (Org.). *Decolonialidade e Linguística Aplicada*. Campinas: Pontes Editores, 2023.

PERLIN, G.; STROBEL, K. *Fundamentos da Educação de Surdos*. Universidade Federal de Santa Catarina. Licenciatura e bacharelado em Letras/Língua Brasileira de Sinais. Florianópolis, 2008. Disponível em: https://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificafundamentosDaEducaoDeSurdos/assets/279/TEXTO_BASE-Fundamentos_Educ_Surdos.pdf. Acesso em: 9 abr. 2024.

QUADROS, R. M. Estudos de Línguas de Sinais: uma entrevista com Ronice Müller de Quadros. *ReVEL*, v. 10, n. 19, 2012. Disponível em: <http://www.revel.inf.br/files/00787439a6207a953f6842c5eedfd23a.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2024.

SKLIAR, C. (Org.). *A Surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 2010.

SOUZA, T. F.; MONTEIRO, M. S. *Libras em Contexto: Curso básico: Livro do Professor*. 6. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

VIEIRA, E. T. B. *Práticas de hipervalorização de diferentes modos de ser surdo no contexto educacional do Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez (CAS) no Estado do Espírito Santo*. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.